



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Preconceito e etnocentrismo nas reflexões de Michel de Montaigne e Claude Lévi-Strauss

Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes Petean
Doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara
Prof. Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia/Minas Gerais/Brasil
E-mail: acpetean@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo busca resgatar as reflexões filosóficas do filósofo Michel de Montaigne sobre a origem do preconceito e estabelecer um diálogo com a concepção de etnocentrismo no pensamento de Claude Lévi-Strauss. Este artigo apresenta as críticas ao olhar etnocêntrico de dois importantes pensadores franceses. Pensadores preocupados com as consequências do preconceito e do não reconhecimento da alteridade.

Palavras-chave: Bárbaro. Preconceito. Etnocentrismo. Alteridade.

Introdução

Os livros de História estabelecem uma data para o início dos “tempos modernos” e esta é o ano de 1453, ano da queda de Constantinopla. Mas, segundo Morin (2011) não existe uma data que seja um marco do nascimento da modernidade, pois ela pode ser o ano de 1453, com a invenção da imprensa ou o ano de 1492, com a “descoberta” da América por Colombo. Não importa a data, o significativo deste período foi a revitalização da cultura grega na Europa Ocidental

que possibilitou a revolução científica copernicana, a expansão marítimo-comercial e a renovação artística. Nas palavras de Morin:

O importante é que nessa pequena península do oeste da Europa se produziu uma extraordinária manifestação intelectual. Com a revitalização da herança grega, o Renascimento permite uma renovação da filosofia e o desenvolvimento da ciência moderna (MORIN, 2011,p.18)

O nascimento do mundo moderno transcorreu numa era de grandes mudanças e de revoluções. Foi uma época de incertezas e ceticismo em relação ao saber tradicional. Um saber que foi questionado e colocado em dúvida por René Descartes e Francis Bacon. Ao mesmo tempo a era moderna caracterizou-se pelo desenvolvimento das trocas comerciais entre a Europa, a América, África e Ásia, impulsionada pela expansão marítima. Trocas que criaram impérios coloniais e um vasto comércio de africanos escravizados.

Além desses desenvolvimentos, o início da era moderna foi marcado pela reforma religiosa desencadeada pelo teólogo Martinho Lutero, acarretando guerras envolvendo católicos e protestantes. A revolução científica e a autonomia que ela representou desencadearam transformações que revolucionaram o ethos europeu e a forma que o homem coloca-se no universo. Para Morin (2011), tudo isto (desenvolvimentos e transformações) gerou três mitos que são característicos da era moderna e, estimularam-na. Neste sentido,

A modernidade se manifesta por meio de três grandes mitos: o mito do domínio do universo, formulado por Descartes, Buffon, Marx..., o mito do progresso, da necessidade histórica, que se impõe a partir de Condorcet, e, por fim, o mito da felicidade (MORIN, 2011,p.22)

A expansão marítima e comercial europeia colocou o homem europeu em contato com povos cujos costumes e hábitos eram estranhos para os padrões da racionalidade e da fé cristã. Neste encontro, os três mitos que caracterizam a modernidade fizeram-se presentes. O estranhamento diante da “exoticidade” do outro foi a regra nos séculos dos descobrimentos e em todo o período colonial.

O outro, o nativo das terras colonizadas era representado como desprovido de razão, bestializado e não reconhecido como igual. Ele foi representado desprovido

de História, inferiorizado e incivilizado. Podemos dizer que este outro foi olhado a partir da noção de progresso, um dos mitos da modernidade.

Portanto, este estranhamento, não raramente, gerava representações desqualificantes e inferiorizantes sobre o outro. Representações que apontam para o olhar etnocêntrico do europeu. Sendo assim, entre os séculos XVI e XVIII, este outro, sempre exótico para o europeu, era representado como inferior. Mas, no olhar do colonizador europeu, esta inferioridade era compreensível: ela era determinada pelo meio ambiente e pela cultura, responsáveis pela socialização do indivíduo. Justificativa que sempre estava presente nos textos religiosos.

Portanto, a descoberta do “novo mundo” colocou o europeu diante de povos que ele não sabia explicar nem definir, apesar de reconhecer neste não europeu as formas humanas que lembravam sua humanidade. Este encontro gerou representações imaginárias sobre este novo mundo que assombrava e encantava. Muitas destas representações foram construídas por viajantes e botânicos que se aventuravam pelas terras “descobertas” (SCHWARCZ, 2011).

As imagens sobre a natureza e sobre os nativos eram diversas. Os relatos tratavam da natureza como o paraíso, o éden. Uma terra farta, de clima ameno e abundante em terras férteis. Quanto aos gentios os relatos são diversos, mas predominou um olhar etnocêntrico. Os nativos foram descritos como bestas humanas, primitivos, dados à lascívia, à sensualidade e à preguiça, como nos descreve Schwarcz (2001). Boa parte dos relatos sobre os povos do novo mundo seguem esta lógica.

Gândavo, por exemplo, um edenizador da natureza por excelência, discorreu longamente sobre essa “multidão de bárbaros gentios que semeou a natureza por toda essa terra do Brasil”. Povos sem F.L.R. - sem fé, nem lei, nem rei-, eis as representações primeiras desses “naturais”, caracterizados a partir da falta. Descrevendo-os como “atrevidos, sem crença na alma, vingativos, desonestos, e dados à sensualidade”, o colonizador estabeleceu uma distinção fundamental entre as terras e seus homens. A edenização, de um lado; o inferno, do outro. (SCHWARCZ, 2001,p.16)

Se a natureza foi descrita, por alguns viajantes como o éden, o mesmo não ocorreu com os nativos, que sempre foram representados com termos desqualificantes, para justificar uma tutela e a própria escravização de indígenas e negros. Tutelar e eliminar a cultura do outro foi a lógica da colonização. Se os nativos

são vistos como vingativos e desonestos, então deveriam ser vigiados, mantidos à distância e punidos quando suas “qualidades” afluíssem.

O estranhamento foi a atitude mais comum no encontro dos homens do “novo mundo” com os homens do velho mundo. E, pouco foram os esforços de entendimento sobre este outro por parte dos europeus. Neste contexto a voz do filósofo francês Michel de Montaigne diferenciou-se.

Para Coelho (2001), a grande originalidade e atualidade de Montaigne foi não induzir seus leitores a olhares preconceituosos e etnocêntricos sobre culturas e comportamentos que lhes eram estranhos. Esta seria a grande contribuição de Montaigne em pleno século XVI.

1. O contexto: uma era de dúvidas

A época em que viveu Michel de Montaigne (1553-1592) foi um período de dúvidas, de incertezas e de transição. Dúvidas em relação ao saber amparado na tradição que ruuiu devido a uma nova visão sobre o cosmo. Esta nova visão, proporcionada pelas revoluções científicas de Copérnico, Galileu e Bruno e, também, pelas grandes navegações, derrubou os paradigmas teológicos sobre o geocentrismo e ergueu o heliocentrismo, colocando em dúvida o saber defendido, durante séculos, pela igreja romana.

Mas Montaigne não aderiu ao sistema heliocêntrico de Copérnico, apenas disse que o geocentrismo e o heliocentrismo são dois sistemas rivais que não nos ajudam a desvendar a verdade sobre as coisas (Smith, 2009). Nos ensaios, Montaigne manifesta certo ceticismo em relação a estas cosmologias. Um ceticismo, também, em relação a razão exaltada como o reino da liberdade e do acesso a sabedoria.

Não era apenas a ciência que abalava o poder da Igreja, a reforma protestante desencadeada por Martinho Lutero também contribuiu para colocar em dúvida o saber teológico, a infalibilidade do papa e seu poder temporal. Lutero traduziu o texto bíblico para o alemão, defendeu o livre exame da Bíblia e, ainda, a sua livre divulgação. Na análise de Marcondes:

As grandes navegações, iniciadas já no século XV, e principalmente a descoberta da América vão alterar radicalmente a própria imagem que os homens faziam da terra. As teorias de Nicolau Copérnico,

Giordano Bruno, Galileu Galilei e Johannes Kepler vão revolucionar a maneira de se considerar o mundo físico, dando origem a uma nova concepção de universo. A reforma de Lutero vai abalar a autoridade universal da igreja católica no ocidente, valorizando a interpretação da Bíblia pelo próprio indivíduo (MARCONDES, 2006,p.159).

O mundo moderno que estava nascendo nos séculos XV e XVI valorizou a autonomia do sujeito que passou a ser visto como leitor e autor do conhecimento. O sujeito deixou de ser um mero produto de Deus e passou a ser responsável pelo conhecimento. A nascente ciência moderna de caráter empírico passou a valorizar o saber baseado na experiência sensível do indivíduo.

O empirismo recusou todo saber que estivesse à margem ou anterior à experiência, negando, assim, o saber baseado nos escritos dos grandes homens do passado. Portanto, a valorização da experiência e a observação da natureza caracterizavam o mundo moderno que estava nascendo. A ciência buscou, na experimentação e na observação, as raízes do saber sobre o cosmos. Negou a tradição, vista como o reino do obscurantismo e do erro. Negou o saber dos grandes doutos da igreja e duvidou da “palavra revelada”. Ciência e crítica ideológica estavam juntas neste projeto de construção das bases de um novo saber. Era o nascer do saber empírico e experimental.

Foi neste contexto que o pensador francês Michel de Montaigne preocupou-se em retratar a diversidade de costumes e hábitos que os homens são capazes de criarem, pois a “descoberta” da América pelos europeus proporcionou-lhe um rico material para suas observações acerca da diversidade humana. Montaigne representou o espírito da época, valorizando as observações empíricas como fonte fidedigna para a construção do saber. Nas palavras de Smith:

É, em boa parte no interior dessa curiosidade natural sobre as múltiplas formas de vida do ser humano, tal como eles efetivamente vivem e se organizam, que a descoberta do novo mundo interessará à Montaigne (SMITH, 2009,p.9).

2. As leituras de Montaigne

Montaigne leu os relatos de viagens de Jean de Léry e André de Thevet e, também, esteve em contato com nativos americanos levados para a França por Villegagnon. Os historiadores e os relatos dos viajantes foram as leituras preferidas

de Montaigne, pois estas permitiam descrever as diferentes formas de vida que os homens são capazes de criar. Formas de vida tão diversas e estranhas ao senso comum europeu que gerou estranhamento e preconceito.

Mas cabe ressaltar que Montaigne tinha preferência pelos relatos dos “homens simples” de sua época, ao invés dos relatos dos eruditos. Para Montaigne (2009), os eruditos e certos historiadores, ao descreverem seus objetos, colocavam seus juízos e valores, forçando o leitor a aceitar suas opiniões. Montaigne julgava os homens cultos e finos mais presos aos costumes e hábitos que, em sua opinião, seriam responsáveis por condicionarem as observações e relatos. Montaigne era cético em relação ao saber erudito que valorizava a razão, saber inaugurado pelos empiristas e racionalistas. Mas, era cético, principalmente, com o saber dos doutos da igreja.

Não podemos perder de vista que, no século XVI, uma boa parcela dos letrados ainda mantinha vínculos com a igreja e todo saber ligado a esta instituição estava sobre o crivo da dúvida e da incerteza. Montaigne fez da filosofia um instrumento para descrever a diversidade humana e não indicou, por meio dela, qual seria a melhor forma para o homem viver em sociedade ou o melhor contrato social para ser construído. Ele não buscou oferecer aos seus leitores modelos de organização política e social.

A filosofia com Montaigne abriu espaço para olharmos o outro por um viés não preconceituoso. Foi o primeiro pensador moderno a refletir sobre a alteridade. É este o projeto filosófico de Montaigne presente em vários textos de sua obra “Os Ensaios”.

3. Montaigne e a crítica ao etnocentrismo

“Os Ensaios” abordam temas variados como “a educação das crianças”, “o preparo para a morte”, o conceito de bárbaro e a crueldade, entre outros. No texto “Dos Canibais”, presente na sua obra citada, o filósofo realiza reflexões sobre os hábitos e costumes dos Tupinambás, com clara intenção de criticar os próprios europeus que conviviam com guerras religiosas entre católicos e protestantes.

Ao retratar os costumes dos nativos americanos, no ensaio em questão, Montaigne criticava, ao mesmo tempo, a educação, os costumes e os hábitos presentes na França da sua época. Desta forma, Montaigne acabou por julgar o

velho mundo, tendo como referencial as observações e os relatos dos viajantes, pois ao descrever os povos do “novo mundo” ele preparava o juízo sobre o “velho mundo” (Smith, 2009). Seu intento foi oferecer uma medida para julgar a França e as guerras religiosas que assolavam sua terra neste período. A França vivia um período de turbulência, porque católicos e protestantes estavam em guerra aberta e a carnificina marcou a sociedade francesa, culminando na noite de São Bartolomeu.

Suas reflexões, no mesmo ensaio buscaram relativizar o conceito de “povos bárbaros”, conceito muito presente na literatura ocidental desde os primórdios da civilização grega e, utilizado no século XVI para se referir aos povos encontrados no “novo mundo”, principalmente, utilizado em relação aos Tupinambás que habitavam o litoral brasileiro. Vejamos o que nos diz Montaigne sobre o emprego do conceito bárbaro.

Ora, eu acho, para retomar meu assunto, que não há nada de bárbaro e selvagem nessa nação, pelo que dela me relataram, senão que cada um chama de bárbaro o que não é de seu uso, como, em verdade, não parece que tenhamos outro padrão de verdade e de razão que o exemplo e a idéia das opiniões e usanças do país de onde somos. Lá esta sempre a religião perfeita, o emprego perfeito e acabado de todas as coisas (MONTAIGNE, 2009,p.51).

Neste sentido, Montaigne (2009) fez um alerta ao dizer que somos escravos de costumes, hábitos e opiniões que circulam entre nós e aos quais aderimos por meio da educação, dos ensinamentos dados por nossos pais ou por meio do grupo social com o qual partilhamos nossa vida. Neste sentido Montaigne estabeleceu uma relação entre o grupo social e familiar que pertencemos e o condicionamento que estamos submetidos desde o nascer.

É desta teia social que nascem os preconceitos. Segundo o filósofo, estes hábitos e costumes escravizam-nos, dominando e condicionando nosso livre exame de outros povos e culturas. Nasce deste processo a tirania dos costumes que nos conduz a um julgamento do outro, gerando o estranhamento em relação à outra cultura. Podemos dizer que este olhar sobre o outro é a base do vínculo entre etnocentrismo e preconceito.

Smith (2009), ao analisar os ensaios de Montaigne, vai dizer-nos que o filósofo buscou descrever o ser humano como um prisioneiro de sua época, dos costumes de seu país, de sua cultura e de certo modo de pensar ao qual ele adere sem refletir

e, desse modo, naturalizaria certas ideias que circulam na sociedade na qual vive, fazendo delas as suas ideias.

Portanto, segundo Montaigne, esta assimilação da cultura e dos hábitos teria tanta força em nós que chamamos de bárbaros todos os povos cujos costumes diferem dos nossos. O termo bárbaro passou a ser generalizante. Para o filósofo, a tirania dos costumes e dos hábitos impede-nos o livre exercício da razão e de construirmos um juízo sobre o outro que leve em conta a própria diversidade humana. Diversidade fenotípica e cultural.

Embora o projeto filosófico da modernidade esteja amparado na autonomia do sujeito, Montaigne acaba por contestar esta possibilidade ao ver o livre exercício da razão e a livre formulação de juízos ameaçados pelos costumes e hábitos que amordaçariam o homem, gerando uma visão preconceituosa sobre o outro. Nesta lógica, todos os outros seriam bárbaros despossuídos de razão.

Na reflexão filosófica de Montaigne, o preconceito nasce, portanto, dos nossos hábitos e costumes, pois olhamos o outro a partir do que é comum a nós. Este olhar estaria condicionado por nossas maneiras a tal ponto que chamamos de bárbaros e despossuídos de razão todos os que não comungam dos nossos hábitos. Depois inferiorizamos e por fim condenamos.

Por isso os Tupinambás foram vistos como bárbaros, bestializados e submetidos a uma política que culminou em genocídio. Podemos dizer que a filosofia de Montaigne permite uma crítica ao etnocentrismo. Crítica que foi retomada por Claude Lévi-Strauss no século XX.

4. O etnocentrismo no olhar de Claude Lévi-Strauss

Lévi-Strauss (2008) vê o etnocentrismo como uma das atitudes mais antigas do homem, pois ela estaria assentada em fundamentos psicológicos sólidos que constantemente reaparecem em todos nós quando somos colocados numa situação que nos causa medo e assombro. Nesta reflexão podemos perceber a familiaridade com o pensamento de Montaigne. Sendo assim, Lévi-Strauss vai nos dizer que:

...a diversidade das culturas raramente surgiu aos homens tal como é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas

entre sociedades; sempre se viu nela, pelo contrário; uma espécie de monstruosidade e escândalo (LÉVI-STRAUSS, 2008,p.17).

Esta seria, portanto uma das atitudes mais antigas da espécie humana, encontrada desde o mundo grego antigo que se referia a todos os povos educados fora da pólis como bárbaros. Na análise de Lévi-Strauss (2008), o olhar de estranhamento sobre o outro é uma constante antropológica.

Deste modo a antiguidade confundia tudo o que não participava da cultura grega, (depois Greco-romana) sob o nome de bárbaro; em seguida, a civilização ocidental utilizou o termo de selvagem no mesmo sentido. Ora por detrás destes epítetos dissimula-se um mesmo juízo: é bem provável que a palavra bárbaro se refira etimologicamente à confusão e à desarticulação do canto das aves opostas ao valor significativa da linguagem humana; e selvagem, que significa da floresta, evoca também um gênero de vida animal, por oposição à cultura humana. Recusa-se, tanto num como noutro caso, a admitir a própria diversidade cultural; preferimos repetir da cultura tudo o que esteja conforme a norma sob a qual se vive. (LÉVI-STRAUSS, 2008,p.19)

Os europeus ao se defrontarem com os nativos da América, definindo-os como bárbaros, primitivos e selvagens, estavam, portanto, classificando o outro segundo seus valores, hábitos e costumes. Sendo assim, para Lévi-Strauss o outro é colocado fora da humanidade, é desumanizado, por não reconhecermos nele a existência de cultura. Na opinião de Lévi-Strauss (2008), todo grupo humano estabelece no seu imaginário que a “humanidade” acaba nas fronteiras da tribo, do seu grupo linguístico ou mesmo nos limites da sua aldeia.

Esta atitude, segundo Lévi-Strauss (2008), é a mesma, portanto, que encontramos em nós. E, seria própria, também, do evolucionismo social, pois esta teoria olha a diversidade de culturas como etapas. Etapas de um processo que inexoravelmente caminha para o mesmo fim. Um modelo de civilização único. Este olhar condena a diversidade ao esquecimento, fazendo desta um mero acaso no caminho do progresso material e cultural da humanidade. Percebemos que o mito do progresso mais uma vez se faz presente. O ápice deste processo está em atingir o modelo de civilização representado pela Europa. Lévi-Strauss fez duras críticas a esta concepção.

Por que, se tratarmos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como *estádios ou etapas* de um desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente. A humanidade torna-se una e idêntica a si mesma, só que esta unidade a esta identidade não se podem realizar senão progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda a sua manifestação (LÉVI-STRAUSS, 2008,p.20).

Sendo assim, a crítica ao etnocentrismo está presente tanto na filosofia de Montaigne quanto na antropologia de Lévi-Strauss. Vale destacar que, para estes dois pensadores, o olhar etnocêntrico é uma constante e, portanto, recorrente no encontro entre povos de culturas e hábitos distintos. Lévi-Strauss (2008) reconhece a riqueza da diversidade de culturas e faz um alerta sobre as pretensões do evolucionismo, que não reconhece uma realidade mais profunda. Para Lévi-Strauss (2008) o evolucionismo acredita que as diferenças são meramente circunstanciais e momentâneas. Estariam fadadas a desaparecerem com o progresso técnico e científico.

5. A resposta de Montaigne ao etnocentrismo

Para romper a escravização dos costumes, no ensaio “Sobre a Educação das Crianças”, Montaigne defende um ensino de filosofia que possibilite sermos mais comedidos e prudentes. Só a filosofia nos auxiliaria a construirmos um juízo que não seja mero reflexo da opinião comum e, não seja o resultado da “naturalização” dos hábitos e costumes que partilhamos com o grupo social a que pertencemos.

Na análise de Smith (2009), Montaigne viu na filosofia a grande arma para superar a tirania dos costumes e hábitos e, assim, impedir que o preconceito se transforme em hábito e regra do nosso olhar sobre o outro. A filosofia de Montaigne, trabalhada no ensaio “Dos Canibais” e “Sobre a Educação das Crianças”, procura, desconstruir as ideias fixas que os homens alimentam sobre o outro e Montaigne dá destaque para a filosofia nesta tarefa árdua de desconstruir visões etnocêntricas sobre povos e culturas.

Na nossa chamada “civilização ocidental”, nas sociedades complexas e industriais contemporâneas, existem diversos mecanismos de reforço para o seu estilo de vida através de representações negativas do “outro”. O caso dos índios brasileiros é bastante ilustrativo, pois alguns antropólogos estudiosos do assunto já identificaram determinadas visões básicas, determinados estereótipos, que são permanentemente aplicados a estes índios (ROCHA, 2006, p.15)

O apelo do filósofo Montaigne para nos libertarmos da tirania dos costumes, hábitos e da própria opinião comum partilhada pelo grupo ao qual pertencemos é marcante, portanto, nos ensaios “Dos canibais” e “Sobre a Educação das Crianças”. Montaigne foi uma voz ímpar em seu tempo e suas teses podem contribuir significativamente para o debate atual sobre o preconceito. Debate que deve fazer parte da estrutura curricular de diversas disciplinas.

Sendo assim, libertar-nos da tirania dos costumes e hábitos seria tarefa da educação segundo o filósofo. Tema atual e significativo pois permite refletirmos sobre nossos preconceitos e xenofobismos. E, se a filosofia de Montaigne não se preocupou em oferecer um modelo de organização da sociedade ou se prestou a especulações filosóficas sobre o melhor tipo de Estado que caberia aos homens construir, podemos dizer que ele antecipou, com suas especulações filosóficas, as teses que condenam os olhares etnocêntricos nas ciências humanas e, ao mesmo tempo, podemos ver na obra “Os Ensaios”, um ceticismo quanto ao livre discernimento do qual a razão seria capaz, segundo os racionalistas da sua época. Racionalismo, progresso, escravidão, preconceito e colonização andaram juntos e moldaram as relações de produção no mundo moderno. Desconstruir todas as formas de preconceito é tarefa do exercício de cidadania e devemos estar fundamentados para este desafio.

Abstract: This article seeks to rescue the philosophical reflections of the philosopher Michel de Montaigne about the origin of preconception and establish a dialogue with the concept of ethnocentrism at the thought of Claude Lévi-Strauss. This article presents the criticism of ethnocentric gaze of two major french thinkers. Thinkers concerned with the consequences of prejudice and the non-recognition of otherness.

Key-words: Barbarian. Preconception. Ethnocentrism. Otherness.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, P. **Montaigne**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

COELHO, M. **Montaigne**. São Paulo: Publifolha, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça em História**. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittigenstein**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.

MONTAIGNE, M. de. **Dos Canibais**; Plínio Junqueira Smith (org.). São Paulo: Alameda, 2009.

_____. “Sobre a Educação Das Crianças”, in: **Os Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Morin, E. **Rumo ao Abismo? Ensaio Sobre o Destino da Humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Rocha, Everardo. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: editora Brasiliense, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SMITH, P. J. “Montaigne e o Novo Mundo”. In: Michel de Montaigne. **Dos Canibais**. São Paulo: Alameda, 2009.

Wilcken, Patrick. **Claude Levi-Strauss**. São Paulo: Objetiva, 2011.